

Relatório Gerencial de Riscos

2017

DESENVOLVE - Agência de Fomento de Alagoas S/A

Conteúdo

O escopo de atuação da Agência de Fomento de Alagoas S/A.....	3
Diretrizes	4
Estratégia.....	4
Atuação	4
Estrutura	4
Gerenciamento de Riscos	5
Risco Operacional	5
Risco de Mercado.....	6
Risco de Liquidez.....	6
Risco de Crédito.....	6

Relatório Gerencial ANUAL – Ano base: 2017

Visando o aprimoramento na Governança Corporativa e em atendimento às seguintes Resoluções do Banco Central do Brasil e suas alterações:

Resolução 3.988, de 30/06/2011 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de capital;

Resolução 3.721, de 30/04/2009 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito;

Resolução 3.464, de 26/06/2007 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de mercado;

Resolução 3.380, de 29/06/2006 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional, e;

Resolução 4.090, de 24/05/2012 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez.

O escopo de atuação da Agência de Fomento de Alagoas S/A

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem seu funcionamento regido pela Resolução 2.828, de 30/03/2001, alterada pelas Resoluções 3.490, de 2007, 3.706 e 3.757, de 2009 e 3.834, de 2010, todas do Banco Central do Brasil.

Limitadas ao seu escopo de atuação, qual seja, ter como objeto social o financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos no Estado onde tenha Sede, às agências de fomento são vedados:

- o acesso às linhas de assistência financeira e de redesconto do Banco Central do Brasil;
- o acesso à conta “Reservas Bancárias” no Banco Central do Brasil;
- a captação dos recursos junto ao público, inclusive de recursos externos, com ressalva aos organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- a contratação de depósitos interfinanceiros, na qualidade de depositante ou depositária, com ressalva à captação de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças.

Desta forma, a Agência exerce seu objeto social com recursos próprios, provenientes do respectivo Estado controlador, ou com recursos de organismos nacionais e internacionais de desenvolvimento, onde o impacto e a imposição de riscos ao sistema financeiro são mínimos.

A Agência de Fomento de Alagoas, dentro do seu compromisso em manter um ambiente de controles robusto e focado na mitigação dos riscos, continua fortalecendo seus

controles internos, assegurando por meio de seus comitês e alçadas colegiadas a adequada segregação de funções e aprovações de riscos.

Diretrizes

A regulamentação de Basiléia é aderente à Agência de Fomento de Alagoas S/A, e obriga implementar controles para a preservação de capital, compatíveis à estrutura, muito embora as atuais operações sejam de pouca complexidade e a atuação da Agência não impacte alto risco para o sistema financeiro.

Nossa estrutura de gerenciamento de riscos segue o estabelecido pelo Banco Central do Brasil, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição e apetite ao risco da Agência.

A Política de Gerenciamento de Riscos não teve alteração e a revisão anual será feita em 2017, onde institui metodologia, responsabilidades e padrões adequados para o gerenciamento dos riscos, norteando a implementação de medidas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos executados e à manutenção de patrimônio adequado e compatível com os riscos incorridos.

Estratégia

Em 2017, a Agência manteve sua estratégia alinhada às definições de seu plano, focando suas ações nas linhas de microcrédito para atender as micro e pequenas empresas. Além disso, foi mantido o foco no desenvolvimento de projetos, parcerias e fomento, através da intermediação financeira em operações de empréstimos, analisando e assumindo riscos inerentes ao negócio. A Agência continua adotando uma postura conservadora procurando manter baixa propensão ao risco nos seus negócios de crédito e operações.

Atuação

Como consequência, as metas da Agência de Fomento de Alagoas S/A são direcionadas ao cumprimento de seu objeto social, que está muito além de gerar lucros através da atuação das Diretorias de Operações e de Desenvolvimento e Projetos, tendo em vista o baixo *spread* cobrado em nossas cessões de crédito.

Estrutura

A estrutura da área de Gestão de Riscos da Agência hoje é formada por uma gerente de Risco, que devido as novas demandas precisou readequar o cronograma de mapeamento das áreas de negócios e as áreas de suporte operacional e assessorias. Graças a isso, foi possível finalizar a atualização de todos os procedimentos operacionais da Agência.

O Conselho de Administração e Fiscal cumpriram suas agendas de reuniões conforme planejado, sendo escalonados nestes fóruns todos os itens relacionados aos riscos da Agência.

As políticas desenvolvidas seguem os princípios essenciais da governança corporativa e resoluções do Banco Central do Brasil, e compreendem os seguintes componentes: ambiente interno, fixação clara dos objetivos (estratégicos e operacionais) identificação de eventos que possam afetar os resultados da instituição, avaliação de riscos, resposta aos riscos identificados, atividades de controle, processos de informação e comunicação entre as diferentes áreas da Agência. Até o ano de 2016, as políticas de Riscos eram formalizadas na mesma política. No ano corrente, a área de Risco fez o desmembramento dessas políticas, elaborada uma política para cada tipo de risco.

A Diretoria Executiva tem por finalidade examinar e aprovar as propostas de implementação de sistemáticas de controles internos para toda a instituição, envolvendo também assuntos e processos relacionados à gestão de riscos. As políticas e procedimentos devem ser anualmente revisados e reavaliados, ficando à disposição de todos os colaboradores.

Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento dos riscos da Agência de Fomento de Alagoas é parte da atividade regular de todos seus colaboradores, com a responsabilidade primária dos gestores das diversas áreas de negócio, suporte e assessorias.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, são posicionados tempestivamente e frequentemente sobre todos os assuntos inerentes ao ambiente de riscos da Agência, através dos assuntos incluídos nas respectivas pautas das reuniões e sobre o relatório da auditoria interna e externa. A área de Gestão de Riscos, tem por responsabilidade dar o devido suporte às diversas áreas da Agência nos assuntos relativos a mapeamento e mitigação dos riscos.

Risco Operacional

O Banco Central do Brasil define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade de todos e dos gestores das áreas, sendo mapeado pela área de Gestão de Riscos de forma a se permitir a avaliação dos riscos e dos controles associados às diversas atividades de todas as áreas. Desta forma, a primeira linha de defesa contra incidentes de risco operacional encontra-se nas próprias

áreas que estão executando as atividades. A segunda defesa fica a cargo da área de Gestão de Riscos e, por fim, a terceira deriva dos trabalhos da Auditoria Interna.

Risco de Mercado

O Banco Central do Brasil define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A gestão de risco de mercado é exercida pelo Diretor Presidente, utilizando-se de informações internas e externas operadas pela área de Operações, que centraliza as atividades de controle. A Diretoria de Operações tem alçada para gerir o risco de mercado de acordo com a estratégia definida pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração e Fiscal.

A área de Operações executa as decisões e administra os investimentos dentro do que for estabelecido e nos limites determinados para sua atuação.

Sendo assim, a atuação da área de Operações não se traduz em risco material para a Agência, uma vez que as aplicações não visam à obtenção de lucros advindos de movimentos de preços de ativos financeiros ou derivativos.

Risco de Liquidez

O Banco Central do Brasil define como risco de liquidez como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. E não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de captação da Agência está formada basicamente por recursos ligados a repasses de instituições oficiais, alinhadas com as operações de crédito com prazos e taxas compatíveis, o que mitiga grande parte o risco de liquidez.

O modelo de gestão da Agência adota também a oferta de linhas de crédito de acordo com o perfil do cliente. O risco de liquidez é mitigado fato do valor médio por empréstimo ser baixo, e estar de acordo com a capacidade de pagamento do cliente.

A análise da garantia dada através de aval ou real é feita criteriosamente no Comitê de Crédito.

Risco de Crédito

O Banco Central do Brasil define como risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de

crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A Diretoria de Desenvolvimento de Projetos, responsável pela área de Crédito, a Gerência de Operações e a área de Risco, vem aprimorando o sistema de forma a propiciar informações cada vez mais qualificadas para análise do risco de crédito, visando uma gestão eficiente e eficaz com foco na mitigação dessa categoria de risco.

Após a análise da operação ocorre o processo da tomada de decisão do crédito, em etapas e níveis distintos de deliberação colegiada, conforme alçadas, sendo a primeira no Comitê de Crédito constituído apenas pela área de Crédito e a segunda no Comitê constituído pela Diretoria Executiva, área de Crédito, Risco e Operações.

O risco de crédito é avaliado nos Comitês de Crédito, onde são exaustivamente discutidos e se enquadra o perfil das linhas de crédito para cada cliente em cada grupo econômico pré-estabelecido, além das análises sobre as garantias exigidas. Este pode ser considerado um processo central na Agência, que se entende antes de tudo como uma instituição financeira especializada em concessão de crédito.

Maceió, 27 de abril de 2018

Leila Santiago
Gerente de Risco

Raquel Rocha
Gerente de Compliance

Flávio Dória
Diretor Presidente em Exercício